

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resolução de Afastamento nº 397/2012	2
	Atos Legislativos - Atas na Íntegra	
	Ata da 2083ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
	Ata da 2134ª Sessão Ordinária na Íntegra	11
	Atos Legislativos - Atas Comissões	
	Ata de Reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde	12

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA Diagramação

MATÉRIAS PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÃO Nº 397/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **MARCELO FERREIRA GOMES**, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 12.09 a 17.09.2012, com a finalidade de visitar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para participar de reuniões junto à Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle daquela Casa de Leis, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de setembro de 2012
Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**
1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

= PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA =
ATA DA 2083ª SESSÃO, EM 15 DE DEZEMBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.
(Em exercício)

Às nove horas do dia quinze de dezembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octogésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhora Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da

Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Requerimento s/nº, de autoria dos Deputados Soldado Sampaio, Brito Bezerra, Dhiego Coelho e Flamarion Portela, requerendo a realização de Audiência Pública para tratar sobre o Orçamento Público da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, com a participação do Secretário de Estado da SEAPA, de representantes do sindicato dos servidores da agricultura, a comunidade universitária do curso de agronomia e a sociedade em geral.

EXTERNOS:

.SEPLAN/CGC/Ofício nº 1363/2011, de 12/12/11, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Convênio nº 092/2011, tendo como objetivo Reforma Geral das Benfeitorias da Fazenda da Esperança no Município de Iracema-RR, por meio de reformas das estruturas e aquisição de veículo Pick-Up, 0 Km.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, quero aproveitar a oportunidade para dar um bom dia as pessoas que estão nos ouvindo através das rádios comunitárias do nosso Estado.

Meu pronunciamento no dia de hoje é voltado para a área da segurança, e mais uma vez venho cobrar do executivo o que foi acordado com os trabalhadores da Segurança pública. E, neste momento, nós estamos discutindo, e deve ser votado nos próximos dias, o Orçamento Estadual e também o Orçamento da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e todos os segmentos da Segurança Pública. Contudo, o que nos preocupa, Deputado Joaquim, é que ao analisar o orçamento desses órgão de segurança nós percebemos que em dois mil e doze não será diferente do ano corrente, haja vista que, o orçamento da Polícia Civil está 95% comprometido com folha de pagamento.

No Orçamento da Polícia Militar não é diferente, quase 80% dele está comprometido com a folha de pagamento, e não é o orçamento que é alto e nem os policiais que estão ganhando bem, muito pelo contrário, os nossos policiais acumulam perdas salariais em torno de 47%, a fatia do bolo que é pequena para a Segurança Pública.

Dessa pequena porcentagem do orçamento destinada à Polícia Militar, quase 80% está comprometida com a folha de pagamento. Tirando materiais de informática, material de consumo e outros, nós vamos ter apenas um orçamento de quinhentos e dez mil reais em 2012 para dar manutenção as viaturas. Nós temos, em média, em todo o Estado, somando motos e carros, cinquenta veículos. Eu fiz um cálculo, e nós vamos ter uma média de trezentos reais para serem gastos, por viatura, em manutenção.

E, Deputado Brito! Vossa Excelência conhece muitos empresários que têm ajudado a Polícia Militar. E posso dizer, Deputado Gabriel, que a Polícia Militar ainda não fechou as portas porque existe muitos empresários que estão adotando viaturas para mantê-las rodando. Isso é fato! Eu já doeí bateria para viaturas, e outras peças, porque os colegas militares não querem ver as viaturas paradas.

O Comando de Policiamento da capital está sobrevivendo do aluguel de uma papelaria que vende material de Expediente dentro do quartel, de um espaço cedido ao Banco Santander dentro do quartel da Polícia militar que paga um valor ao comando de Policiamento da capital, do Convênio firmando com o DETRAN, porque recurso não há para manter as viaturas rodando, viaturas essas que são oriundas da SENASP. E, eu protocolei um documento na SENASP e recebi todos os convênios, nos quais a União cedeu uma pequena contra partida para o Estado manter quase 90% da frota da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e da Polícia Civil.

Então, essa situação nos preocupa, Deputado Gabriel! Como a Polícia Militar vai viver no próximo ano? Não será diferente do que

ocorreu no ano de 2010. Eu fiz uma pesquisa nos meios de comunicação do Estado, e há várias matérias confirmando que a Polícia Militar por várias vezes deixou de prestar serviços de policiamento ostensivo por falta de combustível e manutenção de viaturas. A sociedade vai aos meios de comunicação pedir socorro, pois a Polícia Militar não pode atender as ocorrências porque muitas vezes não tem viaturas.

Na área do Segundo Batalhão há mais de trinta bairros para serem atendidos, e é onde está concentrada mais da metade da população da capital. Nós só temos algo em torno de três viaturas rodando, e tem sido uma prática comum apenas duas viaturas por dia rodando para atender mais de trinta bairros na região oeste. Nós estamos fazendo de conta que há polícia na rua, mas na prática a situação é outra, Deputado Brito, que diga os seus colegas empresários que estão gastando uma quantidade significativa de dinheiro para manter segurança em seus comércios, contratando segurança particular, calando cercas elétricas, fazendo muros altos, comprando câmara de vigilância, e olhem que eles pagam uma alta carga tributária.

Então, neste sentido, quero manifestar a minha preocupação, Deputado Célio, Líder do Governo, Presidente do Orçamento, pois precisamos alocar recursos no Orçamento para manter no mínimo a Polícia Militar fazendo o básico, porque senão, a PM vai fechar no dia que os empresários deixarem de contribuir como estão contribuindo neste momento, para a recuperação e manutenção das viaturas, ou quando perdemos o convênio com o DETRAN, ou esse contrato de aluguel da Agência Bancária dentro do Comando de Policiamento da Capital. Chegamos a situação, Presidente da Comissão de Orçamento, de ouvirmos do alto comando da Polícia Militar que havia a seguinte dúvida: ou se fazia a festa de confraternização de final de ano com os doze mil reais em caixa, juntando todo esses convênios, ou botava seis viaturas para rodar. E, o Oficial, Comandante de operações, estava com dificuldades de convencer o Comandante Geral a não fazer a festa, porque teria que pegar os doze mil e recuperar as viaturas paradas no Centro de Manutenção da Polícia Militar.

Não houve a festa de confraternização da Polícia Militar, que acontece todos anos, Deputado Joaquim, porque só havia esses doze mil reais em caixa, que são oriundos de convênios com o DETRAN e receita de Aluguel junto ao Banco Santander, e a papelaria que funciona no CPC.

Então, é preocupante! Quero conchamar os Senhores Deputados. Peguei mais de 50% da nossa emenda e destinei à Polícia Militar no sentido de reformar, construir e ampliar o quartel da PM. Só para se ter uma ideia, Deputado Brito, nós tivemos que alocar no orçamento de 2009 para a reforma dos quartéis e polícia militar que existem nos 15 municípios e em pelo menos umas 10 vilas em nosso Estado, apenas 600 mil reais. Em 2010 não foi diferente, 800 mil reais, 2011, 900 mil reais e em 2012 está previsto apenas 688 mil reais para as reformas, ampliações e construir quartéis para polícia militar, Deputado Joaquim, Vossa Excelência conhece muito bem o Município de Iracema, aquele prédio está em pé porque os policiais tiram dinheiro do bolso, têm pintado, reformado a instalação elétrica. Ontem, estava noticiado na Folha de Boa Vista o destacamento de Novo Paraíso, que há três anos está fechado. Estive lá registrei e tirei fotos. No Baliza não é diferente, bem como em Entre Rios, cujo destacamento está abandonado, em Equador, Uiramutã, onde o destacamento está sendo sustentado por uma permanência para não desabar, Félix Pinto nem se fala, Cantá. E, e se quiserem ter certeza do que estou falando, basta ir ao Comando da Polícia Militar, no CPC ao lado da Escola Colméia, que o prédio está na cabeça dos policiais.

Então, Senhores Deputados, é nesse sentido que queremos propor junto a Comissão da Polícia Militar uma Emenda da Comissão, destinando recursos à polícia militar. Já falei com o Deputado Damosiel e ele concorda comigo. Temos o apoio do Coronel Chagas, e acredito que muitos dos Senhores serão sensíveis a essa causa para que possamos ter a polícia militar no ano de 2012 fazendo pelo menos o básico, mantendo suas viaturas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Deputado Sampaio, estou procurando ouvir com toda atenção o seu pronunciamento. Estou convencido que a sobra de recursos está um pouco fora da realidade que vivemos, pois acredito que o orçamento da Polícia Militar está tão defasado e como Vossa Excelência disse, que já tem feito contribuição pessoal e isso não resolve. Eu aprendi que não devemos misturar a vida pública com a privada. Se eu doar do privado para o público, possa ser que queira depois doação do público para o privado, mas acho que podemos dar uma contribuição concreta

com relação às Emendas, e aí sim, vamos direcionar nossas Emendas. Quero informar que já estou alocando uma Emenda, mas não ligada a segurança, no valor de 200 mil reais para a reforma de pelo menos um do destacamento do interior. Se cada Deputado fizer isso, vamos dar uma mão e tanto através das nossas Emendas Parlamentares. Essa seria a contribuição que poderíamos dar para amenizar o problema. Louvo o pronunciamento de Vossa Excelência por estar defendendo uma categoria que precisa. Tenho consciência disso.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. Obrigado, Deputado Erci, pelo aparte. A Polícia Militar agradece a Vossa contribuição, sua Emenda vai fazer uma diferença enorme, pois não é necessário tanto recurso para reformar nossos quartéis, temos é que dar condições mínimas aos nossos policiais. Quero manifestar a minha preocupação, pois em 2009 tivemos um movimento no Estado de Roraima, pela primeira vez, onde a Polícia Militar parou e, naquele momento, os policiais estavam pedindo reposição salarial, a qual o governo se comprometeu a pagar e não cumpriu o acordado, e o que é pior, alegou que não havia recursos. Recursos há, sabemos disso, inclusive existe excesso de arrecadação, mas, infelizmente, uma pequena fatia menos de 20% desse excesso, foi para outra Secretaria. E, Deputado Gabriel, os policiais e bombeiros não estão sendo valorizados enquanto servidor, estamos com a polícia militar há 12 anos sem uma legislação própria e o governo do Estado já se comprometeu, assinou acordo, estou aqui com o termo de compromisso que foi feito para encerrar o movimento, onde o governo se comprometeu que no ano de 2009 encaminharia para esta Casa o Estatuto dos Policiais Militares, o Código de Ética e o regulamento de promoção, e não encaminhou nem em 2009, nem em 2010 e nem em 2011. Já faz uns 12 anos que a Polícia Militar não tem uma legislação básica, inclusive o Comandante pratica improbidade administrativa todo dia, e vou denunciar o Comandante da Polícia Militar junto as autoridades o quanto antes, porque temos para mais de 20 policiais que adoeceram em serviço e sequer podem ser reformados ou aposentados porque a previdência não reconhece a legislação. A Polícia Militar não tem nenhuma legislação. Do ex-território, temos policias em cadeira de rodas, com meningite, policial sem braço, mas para todo efeito eles estão na folha de pagamento da Polícia Militar, ao invés de estarem no IPER, porque não há uma legislação básica. Está aqui o termo assinado e afirmado pelo governo esse ano. O governo envolveu até a Primeira Dama nesse processo e até o momento não chegou nesta Casa o Estatuto. Ao mesmo tempo, me parece que a Polícia Civil, especificamente os delegados, tem uma legislação própria e bem generosa, enquanto o policial militar está há 12 anos pedindo uma legislação básica. Temos uma legislação com o aval do Governador para os delegados de polícia civil que aos 8 anos chegam ao topo da carreira máxima, saem da categoria A e vão para B. Não tenho nada contra delegado, mas os policias, os praças, bombeiros têm direito a uma legislação. Quero pedir, Senhor Presidente, que transcreva esse termo de acordo e compromisso firmado pelo Comandante da Polícia Militar na época, pelo Secretário de Segurança, pelo Chefe da Casa Civil, pelo Deputado Damosiel com o aval desta Casa, e não foi cumprido, que publique no Diário Oficial, transcreva na minha fala todo o termo de acordo desse compromisso, porque a nossa paciência já chegou ao limite. Reuniram Comissão e fizeram uma Comissão a toque de caixa, não foi ouvido que tem que ser ouvido, a nossa entidade, a Associação dos dos policias militares não foi convidada, não participou de maneira efetiva dessa discussão. É revoltante a forma que caminha, o Comandante da Polícia Militar inerte, e me parece que ele está muito mais preocupado para se manter no cargo. Um Secretário de Segurança que aqui, em uma audiência pública, naquela época, eu chamei de rainha da Inglaterra e Vossa Excelência pediu que eu me retirasse, mas não há como me retirar diante desses fatos. Então, Deputado Chicão, eu agradeço pelo aparte, peço que Vossa Excelência solicite que seja transcrita toda a minha fala, inclusive esse ofício aqui, esse despacho do Governador em 2008, na Casa do Deputado Luciano onde eu, o Deputado Damosiel e o Deputado Luciano pedimos ao Governador, acordo. Está aqui um despacho dele mandando providenciar a legislação da Polícia Militar, está aqui o despacho de quatro anos atrás, com a assinatura do Governador. Por isso, peço que transcreva o meu discurso. Obrigado pela fala, Deputado Chicão. Peço desculpas ao Deputado **Coronel Chagas** e ao Deputado Gabriel por não conceder aparte, haja vista que meu tempo já estourou, a menos que a Mesa conceda. Obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, em virtude da hora, abro mão do meu horário.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu vou repercutir hoje, sobre uma nota lida ontem em um programa de rádio. Já conversei com Deputado **Rodrigo Jucá** que me esclareceu e, por conseguinte, não vou ler a nota na íntegra, mas aqui está a nota, aqui está o CD, porque o apresentador disse: atenção! Tenho aqui um nota especial da assessoria de comunicação do governo sobre a decisão do TRE. Inclusive, essa nota a mídia de Brasília já tem, até para você tirar as dúvidas através do Programa Rádio Verdade, essa nota foi liberada à imprensa brasileira. O que fala a nota? No final o locutor diz: essa aqui é uma nota oficial da Assessoria de Comunicação do Palácio Senador Hélio Campos, quem quiser a cópia está aqui à disposição. E, na minha frente, Deputado, uma pessoa ligou para o Secretário Rui, que negou a existência da nota, depois ligou para o subsecretário Gustavo que negou a existência da nota, e eu, agora, perguntei para o Rodrigo, quando chegou, e ele me esclareceu. Mas, eu vou ler um pedacinho do trecho dessa nota porque eu quero fazer um comentário sobre isso: A Presidente Tânia Vasconcelos e os dois representantes da seccional Ordem dos Advogados do Brasil, Jorge Fraxe e Estélio Denner... Diz ainda a nota: Os juízes nascidos em Roraima fariam parte do que se chama em Boa Vista de projeto minhoca, defesa dos filhos da terra, indicando quem teria preferência em votar a favor de Neudo Campos, nascido na capital do Estado, e nos demais. Jorge Fraxe e Estélio Denner votaram pela cassação do cearense José de Anchieta Júnior. Tânia Vasconcelos encaminhou a votação que proibiu o Juiz Federal Helder Girão Barreto, também cearense, de votar... Se é verdade que em Roraima o voto se dá pela naturalidade, a tendência era de empate, com uma decisão final ficando a cargo de uma roraimense. Tânia Vasconcelos, a Presidente do TRE de Roraima, que tem laços familiares com a família de Suely Campos, a Vice-Prefeita de Boa Vista, mulher de Neudo Campos. Uma tia da Juíza Tânia Vasconcelos, Eurides Vasconcelos, chamada por ela de vó, foi quem criou Amélia Menezes, a mãe de Suely. Tânia também foi dama de honra do casamento de Neudo e Suely. E repete que essa nota está à disposição. Por que eu estou trazendo isso para a Tribuna? Porque nós olhamos aqui para o Plenário e vimos um mosaico, aqui nós vimos maranhenses, gaúchos, amazonenses, roraimenses, paraenses, pernambucanos, mineiros. Isso é Roraima, esse grande mosaico que forma Roraima faz com que a beleza desse mosaico exista e que a gente viva irmanadamente, respeitando um ao outro, precisando um do outro, convivendo harmoniosamente um com o outro. Eu não acho feliz, Deputado Remídio, essa coisa de que cearense tem espaço porque o Governador é do Ceará, pois já tivemos Governador roraimense. Então, Roraima é esse bem-estar coletivo, e eclético porque é formado de gente vinda de todos os Estados e essa terra tem acolhido a todos de braços abertos, e tem dado oportunidade a nós, inclusive, a mim, o que não teria na minha terra. Mas, eu abracei essa terra para viver aqui, tenho quase trinta anos, minha filha tem 25 anos, e é roraimense com orgulho. Ela se casará com um macuxi. Então, vivemos nesta terra que nos recebeu com tanto carinho, nos oportunizou esse bem-estar coletivo, e não vamos entrar nesse caminho de que foi vetado porque é cearense. Roraima é de todos nós, é de nossa família, será de nossos netos. Então, vivemos momentos de instabilidade, difíceis. Mas, Roraima precisa ser preservada, o nosso povo tem que ser preservado, não podemos aqui desqualificar o Tribunal porque tomou uma decisão. O juiz é para julgar e tomou a decisão de acordo com o seu discernimento. E, o que me chama atenção é que, inclusive, essa nota agride uma juíza do Tribunal de Justiça que está exercendo a função desembargadora. Eu não entendo porque essa agressão a Desembargadora Tânia, será que é porque ela foi dama de honra do Neudo. E, naquela época, talvez ela nunca sonhasse que um dia seria Desembargadora. Então, eu estou aqui apelando, em nome da sociedade de Roraima para que a gente evite entrar nessa seara. Agora, há poucos dias atrás, saiu uma decisão do TSE a favor do Governador Anchieta. É uma decisão judicial, se cumpre, não tem o que se questionar. Contudo, cabe recurso, a pessoa pode recorrer, mas, agredir a instituição, seus membros, não é a melhor forma de fazer isso. Quero aqui, como cearense, por ter nascido lá, Deputado Brito, porque a maioria da minha vida aqui está, e em nome da minha família e de todos nós, pedir para não criarmos segregação, não vamos criar apartheid, não vamos entrar na seara do separatismo. Isso é muito ruim para qualquer povo e, principalmente, para esse povo que está precisando de paz, de tranquilidade e de sossego para ter uma vida melhor.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Parabéns Deputado, pelo pronunciamento. Roraima é esse caleidoscópio social, essa miscigenação interessante que forma as bases do nosso Estado. Além do mais, há um ditado que diz: ninguém é estrangeiro dentro da sua própria Pátria, independentemente do Estado que esteja. Pois bem, eu acho que foi de uma infelicidade imensa se foi nota oficial de Governo ou se não foi, pois foi veiculado num órgão de comunicação que presta assessoria de comunicação para o Governo do Estado. Todos sabem que o radialista Mário César defende abertamente o atual Governo. E, ele falou como se fosse nota oficial do Governo do Estado. Uma agressão aos juízes do TRE que eu considero gratuita e de uma infelicidade, exatamente porque cabe recurso, é um direito do atual Governo se defender. Então, acho que ele não é legitimado para fazer as considerações que ele fez. Se foi uma nota oficial, pior ainda. Portanto, fica aqui um desagravo aos membros do TRE, todos eles, os que votaram contra ou a favor, porque quando agridem a instituição, na minha análise, não agridem apenas os que votaram contra, mas, inclusive, os que votaram a favor do atual Governo.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Obrigado Deputado, pela ponderação de Vossa Excelência. Concedo um aparte ao Deputado Mecias de Jesus.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado Flamarion, eu também achei que a nota foi absurda, de mau gosto. E, Vossa Excelência traz aqui o sentimento de todo o povo de Roraima, porque Roraima sempre foi essa terra que acolhe a todos, os gaúchos, os paranaenses, os cearenses, maranhenses, rondonienses, brasileiros de todos os Estados que se instalam aqui são tão bem recebidos e jamais são ignorados pelo povo macuxi. Nunca houve aqui esse apartheid, a não ser o que estão pregando agora. Tanto não houve que o Governador teve o apoio de muitos macuxis ilustres como o Deputado Chico Guerra, o Deputado Jalsen Renier, que também é macuxi. E, vou citar outro macuxi ilustre, o professor Júlio Magalhães Martins, que foi Deputado Federal, um homem respeitado. Então, o Governador não pode usar a assessoria de comunicação dele para dizer que o povo macuxi tem um projeto minhoca, porque esse projeto minhoca se transformou e ajudou ele a se eleger. Eu não entendo porque quando perdem, querem achar algum artifício para justificar porque perderam. Então, não podemos dizer que o juiz Gursen de Miranda votou a favor do Governador porque tem uma filha que recebe oito mil reais de salário por mês, mora em Goiás e ainda tem uma bolsa na universidade Federal de Goiânia. Então, foi por isso que o Juiz Gursen de Miranda votou favorável ao Governador? Esse é o projeto deles? Eu não acredito que tenha sido por isso.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Obrigado, Deputado Mecias de Jesus. E, gostaria de dizer que não devemos quebrar as partículas desse mosaico. Esse mosaico tem que ser fortalecido, preservado, porque é ele quem vai fazer Roraima ficar cada vez mais forte, belo e melhor.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Deputado Flamarion Portela, Vossa Excelência é sempre brilhante nas suas colocações, mas gostaria de me juntar a Vossa Excelência com relação a essas notas que hoje se tornaram comuns nas redes sociais e agora, mas grave ainda, pois estão saindo nas emissoras de televisão. Veja bem, a imprensa tem que ter responsabilidade. O Jornalista citado, o Senhor **Mário César**, que leu como uma nota do governo, agora, do Deputado Rodrigo Jucá, já disse que não era uma nota, era uma matéria e que veio aí da comunicação social do Palácio Senador Hélio Campos, e que não foi confirmado pelo Senhor Rui Figueiredo, que é o Secretário de Comunicação, ou seja, ela não tem procedência, ninguém assinou, mas foi lida, o povo tomou conhecimento, é pública e degradou, maculou a imagem de estudiosos do direito, de um saber notório jurídico diferenciado. Hoje, são juízes togados e estão fazendo parte de uma corte, tomaram uma decisão judicial que tem que ser respeitada. Na semana passada tivemos que convidar um Secretário de Estado, também da Comunicação Social do Governo do Estado, porque colocou no *facebook* a informação de que os Deputados Estaduais desta Casa recebiam passagens aéreas, não viajavam, embolsavam suas diárias e solicitavam o reembolso da passagem. E, quando indagado pelos Deputados ele disse: “olhem, vejam bem, eu recebi uma denúncia, essa matéria foi realmente postada, mas as pessoas que disseram que tinham os elementos que provam, mentiram, por isso, peço desculpa aos Deputados, pois Deputado nenhum faz isso”. Mas o povo ficou sabendo disso, todos ficaram achando que os Deputados cometem esse erro,

pois esse Secretário não tem uma fonte lícita, ele disse que era mentira e que iria desmentir isso. Então, Deputado **Rodrigo Jucá**, Vossa Excelência que tem influência no Poder Público, com relação a esse radialista que vem causando balbúrdia aqui no Estado de Roraima, que tome providências para que seja respeitado o Poder Judiciário, bem como aqueles magistrados. A nossa miscigenação racial no Brasil e em Roraima tem essa característica, é o Estado mais miscigenado do País e nós merecemos respeito, sejamos amazonenses, cearenses, pois somos seres humanos e cumprimos com nossos deveres e com as nossas obrigações. Por isso, repudio essas colocações na imprensa que não têm fundamentação. Portanto, me somo a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Obrigado, Deputado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Deputado, Vossa Excelência foi Governador do Estado de Roraima e sabe que jamais qualquer Governo, por mais irresponsável que seja, não divulgaria uma nota dessas sobre qualquer instituição pública. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, é que me causa estranheza essa surpresa com o que está acontecendo por parte da oposição aqui, quando saiu a nota do radialista. Agora, eu vejo que a imprensa é contra o atual Governador. Um milhão e meio foi dado para cada Ministro do Supremo, do Tribunal Eleitoral lá em Brasília, e não vi ninguém aqui ver isso com espanto, com surpresa porque a imprensa ligada à oposição aqui, em Roraima, notícia diretamente a compra de votos, que Juiz pegou dois milhões, e que acabaram com o dinheiro de Roraima. Tudo foi dito pela oposição e foi colocado na mídia, não vejo motivo para nenhum Deputado aqui, de oposição, se surpreender com isso e nem fazer uma cobrança pública como essa. Eu não acredito que a nota é oficial do Governo, Vossa Excelência foi Governador do Estado, e sabe que de Governo manda publicar uma nota dessa. E uma nota de um radialista e como é que está assombrando a oposição de Roraima? Agora, não vi a oposição chegar aqui e cobrar da mídia que apoia a oposição essa mesma posição que estão tomando hoje. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Deputado Joaquim, Vossa Excelência realmente me surpreende, me surpreende de forma negativa, porque parece ter três caras, cinco caras, seis caras. Eu não estou aqui, acusando o Governador não, está aqui o CD, estou lendo o que o radialista disse, estou aqui pedindo, apelando é para que a gente se respeite, se considere, para que a gente não entre nessa seara e, Vossa Excelência vem com essa demagogia barata para cima de mim, e da oposição. Repudio, veementemente, a forma com que Vossa Excelência tenta me agredir, meu discurso foi sereno, respeitoso, meu discurso não enveredou pela seara que Vossa Excelência está dizendo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Deputado Flamarion, para colaborar com o discurso de Vossa Excelência, quero dizer que logo que cheguei ao Plenário Vossa Excelência me indagou sobre a nota. Eu não ouvi a nota, até porque, no momento em que a nota foi lida na rádio, nós estávamos todos reunidos e nenhum de nós ouviu a programação da emissora. E, eu fui tentar esclarecer o que poderia ter acontecido em relação a isso. O Governo nega a existência da nota, diz que não foi uma nota emitida pelo Governo, e eu vou concordar com o Deputado Joaquim Ruiz que não é da natureza de nenhuma instituição emitir uma nota como essa, com essas palavras. Então, liguei para o jornalista para pedir a ele esclarecimentos a cerca do que teria acontecido, e ele me disse que se enganou, que aquilo não era uma nota do governo, era uma nota jornalística que ele acabou lendo como nota oficial. Logo, cumpre ao Jornalista se retratar com relação ao que falou. É importante a retratação, a humildade de reconhecer o erro que ele cometeu. Então, é isso que nós esperamos. Nesse sentido, quero me juntar àqueles que repudiaram esse tipo de matéria, a repercussão deste tipo de matéria, e não só nessa ocasião, pois acho que nós devemos sim repudiar qualquer tipo de ilação, suposição e de pressuposição de que o TRE está sendo, de uma maneira ou de outra, influenciado nos seus julgamentos. E, foram esses os esclarecimentos que me foram passados, ademais cumpre ao Governo do Estado e ao jornalista explicarem o que de fato aconteceu. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Obrigado, Deputado Rodrigo. Não estou aqui acusando ninguém, muito pelo contrário, o meu espírito aqui é de paz, de apaziguar, respeitar, mas não vou levar desaforo para casa de maneira nenhuma.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputado Flamarion, quero usar da palavra para dar os parabéns a

Vossa Excelência pela serenidade do seu pronunciamento. E, quero dizer aos demais Parlamentares que este inquérito que os juízes julgaram foi feito pela Polícia Federal, foi acolhido pelo Ministério Público Federal, não foi a nossa coligação que pediu. Então, que os nossos adversários tenham respeito pelo que os nossos juízes julgam. Se o Mário César é um santinho, é porque ele está sendo coberto com o manto desde o tempo da campanha. Ele denegriu na campanha, a imagem do nosso candidato na época, o Governador não falou nada, quem falou foi o Mário César, ele que assuma a responsabilidade, se esse rapaz é tão santo, a emissora de televisão para quem ele trabalha é que tem que apurar esses fatos.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Deputado Naldo, perdoe-me, mas não posso lhe conceder o aparte, pois o Presidente, Deputado Chicão, está pedindo que termine meu pronunciamento. Pois bem, meu propósito aqui, nesse momento difícil pelo qual Roraima passa, é fazer ponderações, reflexões sobre esse Estado que é de todos nós. Não quis, em momento algum, acusar, li parte de uma nota onde do começo ao fim, está aqui o CD e a gravação, afirma categoricamente que foi uma nota oficial da Secretaria de Comunicação do Palácio Senador Hélio Campos, mas, mesmo assim, eu não acusei, não atirei pedra, quis apenas fazer uma reflexão para que a gente, de Roraima, entenda esse momento e possa viver de forma harmoniosa. Obrigado.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente desta Casa, Chicão da Silveira, que comanda a Mesa dos trabalhos, Senhores Deputados, amigos e amigas deste Plenário, eu pouco ocupo a Tribuna desta Casa, porque entendo que a Tribuna é um lugar onde nós e Vossas Excelências temos que passar para a opinião pública fatos importantes, críticas importantes, críticas que melhorem nosso comportamento e as condições do Estado de Roraima. E, elogio a oposição quando vem e apresenta críticas. O Deputado Sampaio tem sido um Deputado extremamente importante nesse contexto democrático, pois faz algumas críticas sobre problemas que considero, às vezes, até importantes para que o Governo possa assim corrigi-los. Mas quero dizer a Vossas Excelências uma coisa: devemos falar de democracia, de paz, de harmonia, de liturgia, de verdade na teoria, mas, também, na prática. Nós não podemos viver em um Estado de conspirações, não podemos viver em um Estado onde o que semeia a paz implanta a guerra, onde há articulações perversas pelas madrugadas, pelas tardes, pelos dias como as que se apresentam aqui no Estado. O Estado de Roraima vem vivendo isso durante algum tempo. A política, as redes sociais, as informações repassadas seja por um repórter, seja por um cidadão comum, têm que ser respeitadas. O jornalista Mário César cumpre o papel dele, ele não é funcionário público do Governo do Estado, não é pago com dinheiro público para falar o que ele pensa. Ele tem um programa de rádio em uma emissora particular que fala o que pensa, como qualquer jornal, assim como a Folha, o Roraima Hoje, qualquer emissora de televisão, seja ela escrita, falada ou televisada. Isso é a democracia. Já vi aqui algumas pessoas atacarem jornalistas, seja ele bom ou ruim, mas os que os criticam, às vezes não têm prerrogativa para apontar o dedo para ninguém, nem para dizer que jornalista A ou B está certo ou errado, pois é o direito dele emitir a opinião, quem se ofendeu que execute, que faça representá-lo, pelo menos é assim que eu entendo a democracia brasileira. Agora, uma coisa é certa, nós não podemos aqui apontar o dedo para ninguém, isso não é delicado. Quero dizer que, com relação à votação do Tribunal, nós vivemos num Estado democrático e temos que respeitar essa democracia. Vi um juiz federal ter os seus direitos de votos tolhido, numa Corte democrática. Eu não estou aqui falando de roraimense, de maranhense, cearense, de absolutamente ninguém, estou falando do direito líquido e certo do respeito à democracia, que é o que está contido na Constituição Federal. Como é que se explica um juiz, no exercício da sua função, ser tolhido no direito legal de aplicar o seu voto. É concebível isso? É democrático, principalmente quando se tem uma autorização dada pelo Tribunal Regional Federal, na pessoa do seu Presidente, que encaminhou para aquele Tribunal que o juiz o fizesse, e a Corte tomou tal decisão? Eu não vou entrar no mérito jurídico, nem argumentar se o fato está correto ou incorreto porque não cabe a minha pessoa fazê-lo, pois os meus conhecimentos jurídicos são limitados. Mas devo dizer a cada um dos Senhores Deputados que não podemos viver em um Estado como esse, não podemos viver fazendo e falando exatamente o que pensamos, mas agirmos de forma diferente. Trabalhei nos Governos de Neudo Campos, fui líder do

Governo de Neudo Campos, e devo dizer as Vossas Excelências que em nenhum momento da minha vida política eu aponte o dedo para o Neudo, pelo contrário, fui o único que na sua queda estava ao seu lado. Isso é dito por ele, não por mim, mas tenho uma posição política ideológica nesta Casa como macuxi e tenho respeito a minha bandeira e se minha bandeira escolheu um cearense para governar esse Estado, que seja respeitada a vontade soberana do povo, porque foi o povo que o escolheu. Já vi Deputado chegar nesta tribuna e dizer: o Governador foi cassado. E, duas semanas depois ele era obrigado a engolir a própria palavra porque a Suprema Corte Brasileira negou provimentos aos recursos e o Tribunal Superior Eleitoral manteve o Governador. E, devo ouvir novamente algum Deputado dizer que o Governador está cassado, mas vou vê-lo, novamente, engolir o que disse quando o Tribunal Superior Eleitoral se manifestar novamente. É prematuro se falar o que ninguém conhece, o futuro tem ofício incerto e quem somos nós para achar o que ou aquilo do futuro. Machuca-me como roraimense, como cidadão comum ver um ideal que eu defendo ser destruído por pessoas que, por pensarem diferente de mim, acham que são melhores do que eu. Quer dizer então, que nós, da base aliada, por termos um conhecimento e por termos uma pessoa que apoiamos estamos errados, certa está a oposição em apontar o dedo, e nós temos que nos calar. Desculpa-me porque o Governador Anchieta ganhou, perdoe-me porque ele foi eleito, porque o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que ele é Governador de fato e de direito. É muito simples, meu caro amigo **Brito Bezerra**, falar isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado **Jalser Renier**, a minha intenção não é polemizar, muito pelo contrário, é apenas para informar sobre o que eu fiquei sabendo. Vossa Excelência também fala do que ficou sabendo. Com relação ao juiz Helder Girão não ter tido direito de para votar, é pelo fato dele não ter sido convocado para aquela Sessão, e a Corte, segundo o Regimento Interno, não precisa de quórum completo para votar. Isso confirmado pelo próprio Juiz Federal Leandro Saon que, na Sessão de ontem, disse que não entendia porque aproveitaram para levar o processo para votar quando ele estava viajando, porque tinha sido confirmado o julgamento para o dia 16, e ele estranhava muito a posição do Tribunal e fato do Relator antecipar a votação de sexta para terça-feira.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** continua – Primeiro, meu amigo, eu não vou entrar no mérito da Constituição do Tribunal, até porque a informação que eu obtive é que o Juiz não aceitou a posição proferida pelo Tribunal, logo fez uma crítica construtiva aquela Instituição. Nós temos, no Estado de Roraima, um livro escrito por uma cidadão comum, que estudou, teve os conhecimentos adquiridos pela força do seu pai, que fez um livro sobre a área ambiental e a área indígena para impedir a criação de uma área ambiental no Estado de Roraima, aquela do lavrado, aquele parque nacional do lavrado que se falava. E, só quem tem esse conceito aqui, no Estado de Roraima, é a Doutora Temes, advogada, está fazendo mestrado, defende o Estado de Roraima, já apresentou dois livros aqui no Estado escritos por ela. Essa mulher é quem está sendo caluniada, meu caro Deputado **Mecias de Jesus**, por Vossa Excelência. Vossa Excelência não pode dizer que essa mulher que está defendendo os interesses do Estado, por ser filha de uma autoridade, um Desembargador respeitado neste Estado, seja uma pessoa que estranhamente está ganhando oito mil reais e não esteja trabalhando. Não façam isso. Eu não posso conceber falarem mal de um magistrado cujo respeito é ilibado nesse Estado, esta Casa deu até comenda para este homem, sua família duramente trabalhou nesse Estado, sua origem é povo, oriunda de família simples, se dedicou aos estudos e assim o faz com responsabilidade e altivez. Como é que fica um pai, um homem que detém tantas informações ao ouvir as palavras proferidas por Vossa Excelência, meu caro amigo **Mecias de Jesus**. Eu não queria estar na pele desse pai, porque eu conheço pouca coisa, não tenho intimidade com a família, mas pela história, pelas amizades e pelos livros publicados a gente aprende a conhecer as pessoas. Eu quero dizer que isso é uma injustiça, pois a Doutora Temes representa os interesses do Estado, e se está fazendo um mestrado fora, é para melhorar e defender com mais altivez a bandeira do Estado de Roraima. Em nome do bom-senso, eu peço respeito a essa família.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Muito obrigada! Às vezes, a gente fica até engasgada, perde até o rumo do que vai falar.

Sobre a Doutora Temes, quero dizer que ela não é assessora do Governador, ela faz parte de uma Comissão especial criada há muito

tempo, antes de ser definida a questão Raposa/Serra do Sol, uma comissão extraordinária, especial, criada para estudos sobre às questões indígenas. Não é só ela que faz parte, o fato dela está estudando, o fato de pertencer a comissão a estimulou a ser estudiosa da área. Então, ela é uma pessoa que coopera com o Estado, faz parte dessa Comissão, da qual fez parte o Doutor Hamilton Gondin e tantos outros neste Estado.

Quero dizer que eu penso diferente, acho que jornalista não tem o direito de mentir, de denegrir a imagem de ninguém, de fazer ofensa moral. Eu já criei problemas aqui dentro por ofender algum Deputado, e estou dizendo isso para ressaltar que a lei só vale para os jornalistas do nosso lado, os outros podem dizer o que querem, podem ofender. Nós já ouvimos aqui, pessoas que não são da base governista dizer que Juiz se vendeu por um quilo de paçoca. Mas aí pode! Só não pode falar nada quando é da base aliada. O Governador estava sendo cassado porque um jornalista falou.

Ninguém pode falar nada! Eu vi o que fizeram aqui, com relação ao Doutor Helder Girão antes desse fato, ele foi quase execrado por jornalistas da oposição. Esses dias, eu liguei a rádio folha para saber as notícias de Roraima, apesar de não ser Roraimense, mas os meus filhos são. E, eu desafio os Roraimenses de carreira, de fofoca, que nunca pregaram um prego numa estaca neste Estado para ajudar a edificá-lo, que vivem pregados a microfones, vivendo as custas de palavras falsas, pois a única coisa que ainda resta é a voz, porque o nome já foi, o trabalho nunca existiu. Mas eu aqui trabalhei! Os meus filhos são roraimenses e tenho pavor quando alguém diz: o Estado de Roraima não é meu, é de A ou de B, as grandes obras deste Estado não foram feitas pelos Roraimenses que hoje nos criticam, que hoje querem usar o nome do Estado de Roraima para ter mandato, poder. E me envergonho, muitas vezes. Tenho dito aqui que temos tanto o que fazer neste Estado, nesta Casa. Eu queria dizer, meus amigos, que aqui há servidor fazendo mestrado fora e pago por aqui, e isso não é ilegal, pois nós estamos preparando pessoas para ajudar esta Casa. Portanto, que essa questão do mestrado da doutora Temes não seja usada, porque está ficando difícil suportar o discurso medíocre desta Casa falando mal da vida dos outros, e fazendo picuinhas.

No programa da rádio folha, vejam quem são os repórteres políticos, o que falam chega a doer nos ouvidos. Nós temos é que trabalhar por este Estado antes que ele acabe. É isso que eu penso. Obrigada

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Deputado Jalser, o Senhor tem quatro minutos para suas conclusões.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Presidente, preciso citar dois artigos do Regimento Interno desta Casa. O Artigo 222 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, fala que os apartes são a interrupção breve e oportuna do Orador, para indagação ou esclarecimento relativo ao debate, pelo prazo de dois minutos. Eu contei aqui o tempo da minha colega Aurelina Medeiros, foram exatamente sete minutos. O Regimento Interno da Assembleia Legislativa diz que o aparte deve ser interrompido pelo Presidente desta Casa. Vossa Excelência teria que interromper o aparte da Deputada Aurelina, ou seja, resguardaria cinco minutos. Outro detalhe, o Deputado Flamarion Portela ocupou, além do seu tempo, dez minutos. Então, eu teria pelo tempo que Vossa Excelência não interrompeu e pelo tempo que o Parlamentar deixou de usar, quinze minutos. Eu gostaria que, baseado no Regimento Interno, Vossa Excelência assim o fizesse regimentalmente. Faço o meu Requerimento verbal, e gostaria que Vossa Excelência me respondesse.

Eu quero falar nos meus quinze minutos que me foi concedido pela Presidência desta Casa. Diante de um fato que nós apresentamos e diante de circunstâncias que são constantemente apresentadas no Estado de Roraima, seja pela imprensa, seja pelos Deputados ou por qualquer cidadão comum, não se pode apontar o dedo para qualquer matéria que se leia ou que se apresente em nome do Governo do Estado. É no mínimo irresponsável atribuir ao Governo qualquer falha ou falta de caráter moral, cuja essência está implantada neste Estado por parte do Senhor Governador.

Eu não posso conceber o cidadão chegar nesta Tribuna e pelo menos suscitar qualquer que seja a dúvida no tocante a imagem do Senhor Governador. O que está acontecendo neste Estado hoje é que nós estamos banalizando os homens públicos deste Estado, e deste País.

É o Congresso, o Senado, a Câmara que dá o norte para as instituições Brasileiras. É por essa razão que tudo que acontece aqui, nós não podemos atribuir ao Senhor Governador. É no mínimo insano se pensar dessa maneira.

O Governador que nós escolhemos, que nós acreditamos, não é irresponsável de chegar e macular a imagem de qualquer Instituição. O Tribunal Regional Eleitoral merece respeito e assim nós estamos nos comportando, respeitadamente. Se o Governador perdeu aqui, cabe a ele os recursos necessários implantados no próprio Tribunal Superior Eleitoral, mesmo sabendo que naquela Corte, algumas dúvidas foram levantadas com relação a posse imediata, mesmo sabendo disso.

Então, quero aqui deixar bem claro o meu ponto de vista. Deputado Joaquim, vou conceder dois minutos a Vossa Excelência, de acordo com o tempo regimental, e gostaria que Vossa Excelência me ajudasse porque ainda tenho algo em torno de dez minutos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado, fui atacado ao dizerem que eu tenho duas, três caras. O Deputado **Flamarion Portela** não ouviu quando eu disse que ele um dia foi Governador do Estado e sabe, com absoluta certeza, que uma nota dessa não sai de qualquer instituição atingindo outra instituição. Foi isso que eu coloquei. Agora, sobre o problema de ter duas caras, preste bem atenção no que vou lhe dizer: eu nunca fui em praça pública fazer comício dizendo “com esta mão e com esta caneta eu não vou demitir ninguém”, e depois que assumiu o governo demitiu 10 mil funcionários. Muitos desses aí morreram, não passaram em um concurso público porque não estavam preparados, e só havia uma faculdade aqui em Roraima, visto aqueles que vêm de fora tiram a oportunidade dos roraimenses que nasceram aqui, que hoje tanto criticamos.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** continua. – Quando Vossa Excelência fala, até procuro não falar porque eu me lembro de muitos pais de famílias que naquele momento padeceram. Lembro-me de muitas pessoas que deixaram seus trabalhos pelas portas dos fundos. E, prefiro não falar disso porque meu coração macuxi dói.

Quero dizer, Senhores Deputados, continuando, que as pessoas que são contratadas de fora neste Estado, são porque no Estado hoje, Senhor Presidente, o índice de macuxis é tão pequeno que os poucos que têm são estes que se manifestam. Mas quero dizer que, nossa intenção é fazer política com responsabilidade e que as críticas que são apresentadas aqui, sejam refletidas também na prática, porque é exatamente assim que nós vamos ter um Estado democrático, de verdade, um Estado com responsabilidade. Os meus pensamentos, as minhas opiniões e os meus conceitos, procuro deixar bem claros às pessoas. Não sou um homem de falar bem de você pela frente e colocar uma pedra no seu caminho para você cair, eu não tenho essa filosofia, e quem me conhece sabe disso. O Deputado Mecias sabe que quando ele era pré-candidato ao Senado da República, eu era líder do Governo naquele momento e falei ao próprio Governador, na presença de vários Deputados, que eu não acompanharia a Senadora Marluce Pinto por estar convicto que ele, o Mecias, seria o melhor nome para o Senado. E, só deixei de fazê-lo depois que ele não saiu candidato, e ele sabe disso.

Deputado Xingú, eu faço questão que Vossa Excelência fale no tempo regimental, que é de dois minutos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** - Assistindo esse discurso, fiquei impressionado com o povo do Estado de Roraima na época em que o Governador Flamarion assumiu o Governo. O coordenador da campanha dele era o Deputado Joaquim e eu era o coordenador da juventude no governo do Flamarion. E, naquela época, o Neudo Campos acabava de entregar o cargo de governador para o Flamarion, e não deixavam nem o ex-governador subir nos palanques. Eu não consigo entender essas coisas. A gente que fala a verdade não consegue entender como é que isso funciona. O Neudo ficou em casa deprimido, sofrendo porque eu coordenava a juventude e não podia levar o Neudo nas reuniões, porque o Governador Flamarion não aceitava. E, o que eles estão falando aqui, não é mentira, é uma verdade. Eu era coordenador da juventude e esse cidadão aqui, era o coordenador geral da campanha e, na época, Prefeito de Iracema, aí faz aqui esse teatro. Eu não sei onde nós estamos, pois parece que não estamos em Roraima, é essa a impressão eu que tenho. O Neudo Campos foi a primeira pessoa a ser apunhalada pelo Governador Flamarion Portela, e quem não sabe disso? E lhe digo mais, não estou aqui defendendo o Joaquim, não tenho duas ou três caras como ele falou não, mas o Deputado Flamarion tem que explicar muitas coisas para muita gente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Deputado Jalser, peço que o Senhor conclua a sua fala.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** –

Naquela época, logo que o Deputado Flamarion assumiu o Governo, ele traiu todos os seus amigos.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** continua. – Respeitando o tempo e a democracia desta Presidência, quero colocar um ponto final na minha fala e agradecer aos que me ouviram nesse momento. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento, de autoria do Deputado Erci de Moraes, que requer, após ouvir do Plenário, que seja incluído na Ordem do Dia da Sessão Plenária do dia 15 do corrente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 005/11, que dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 30 da Constituição do Estado de Roraima.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, peço vênha aos Senhores Deputados, pedi vistas do projeto, expliquei ao relator que estou preparando uma emenda que apresentarei na terça-feira, pois esse projeto é polêmico, é uma Proposta de Emenda à Constituição. Já disse ao Deputado **Erci de Moraes** que apresentarei na terça-feira e eu gostaria que me fosse dado esse tempo, que é um direito regimental que eu tenho, para apresentar a minha emenda na próxima terça-feira.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, procuro me ater, como parlamentar, ao Regimento. Eu não me pronunciei quando o Deputado Mecias pediu vistas por entender que é um direito legítimo dele. Agora, o prazo expirou. Quando o Deputado Mecias diz que é um assunto polêmico, eu discordo frontalmente. Perdoe-me Deputado Mecias, pois será polêmica uma Emenda que está adequando o nosso Regimento ao que já ocorre no Parlamento nacional há quatro anos. Nós somos parlamentares com responsabilidades públicas para com a sociedade. E mais, se o Deputado Mecias queria apresentar emenda, já faz mais de 90 dias que começou a tramitar essa PEC, e só agora que o prazo está quase expirando, que vai haver o recesso parlamentar, ele quer colocar essa emenda. Então, apelo aos meus Pares, pois eu acho que o tempo concedido já foi suficiente para o Deputado Mecias. Agora, colocarmos mais tempo, não vejo isso previsto no Regimento.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Deputado Erci, gostaria de contar com a compreensão de Vossa Excelência, pois já seria determinado pela Mesa a inclusão, indiscutivelmente, na sessão de terça-feira para ser votada a PEC.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Eu acredito nos homens. O Deputado Mecias tinha se comprometido de me entregar no outro dia, se ele confirmar que terça-feira apresentará em tempo hábil para que seja votada, tudo bem.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, eu já disse ao Deputado Erci que ele está querendo acabar com recesso parlamentar nesta Casa, a exemplo do Congresso Nacional. Nós estamos há 4 anos convivendo dessa forma e a maioria das Assembleias Legislativas tem o mesmo Regimento, o nosso recesso é igual a 90% das Assembleias Legislativas do Brasil. Eu entendo isso como polêmico e acho que deveria ser discutido numa sala com todos os Deputados juntos, para que a gente possa destacar quem é favorável e quem é contra. Essa é uma decisão que temos que discutir juntos para, na terça-feira, voltarmos ao Plenário cientes dos fatos, apesar de todo mundo conhecê-los, mas ninguém sabe dos efeitos práticos dessa Emenda e o que ela vai causar. Mas, Deputado Erci, já disse para Vossa Excelência que estou preparando uma Emenda, porque isso vai mexer com todos os Parlamentares.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Requeiro que ela seja incluída na pauta da Ordem do Dia de terça-feira.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder a leitura do Requerimento

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhor Presidente,

eu já tive a oportunidade de conversar com os colegas. O orçamento entrou nesta Casa no início de outubro. Em tempo hábil com 24 horas de antecedência, eu encaminhei a todos os gabinetes cópia do orçamento e do PPA. A cada 10 dias eu abria para as Emendas, e lembrava aos Senhores Parlamentares que o orçamento estava na Casa, e quem quisesse se manifestar, era a hora. Hoje, dia 15 dezembro, abrimos prazos para Emendas, prorrogamos prazos para as Emendas até o limite que o Regimento permitia para que todos pudessem se manifestar em relação ao orçamento, agora, 15 de dezembro, deu entrada nesta Casa um Pedido de Requerimento para audiências públicas junto a Comissão. Eu gostaria de pedir aos Senhores Pares desta Casa que rejeitassem esse Requerimento, pois não temos tempo hábil para discutirmos a Emenda. Podemos continuar discutindo na Comissão, agora, só se for Emenda de Plenário.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, quero corrigir um equívoco. O nosso Requerimento é destinado à Comissão, e não é só um, são três Requerimentos: Audiência Pública para Segurança, Audiência Pública para Saúde e Audiência Pública para Agricultura. E me permita discordar do Deputado Célio, há tempo sim, vamos providenciar no decorrer da tarde ou na próxima semana e ouvir esses seguimentos que, com toda certeza, serão de suma importância para o nosso Estado. E, quero, mais uma vez, Senhor Presidente, me reportar a importância desse Requerimento, pois está aí um exemplo claro da saúde em nosso Estado, está aí o conflito dentro da Comissão, devido a forma que o governo vem empurrando projetos a esta Casa de goela a abaixo, sem discutir com a sociedade, ou quando discute não cumpre o acordo, que diga o Conselho Regional de Medicina, que foi desrespeitado num acordo com uma Cooperativa na contratação de médicos. Daí a importância de discutirmos esse orçamento. Senhor Presidente, me perdoe, há sim possibilidade de discutirmos esse orçamento, é o mínimo que podemos fazer em nome da sociedade. O Requerimento é destinado à Comissão e gostaria que fosse analisado por ele.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, Deputado Sampaio, o Requerimento que eu li agora, é o Requerimento que Vossa Excelência endereçou ao Plenário para que as pessoas venham ao Parlamento para falar do orçamento. Esse Requerimento é para ser apresentado no Plenário ou na Comissão? Se é só na Comissão, tem que ser feito um ofício para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e não para o Plenário.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, esse Requerimento já causou polêmicas demais no Plenário, retire-o da pauta e o encaminhe para Comissão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Acatado a Questão de Ordem do Deputado Mecias. Retiro o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça leitura do Requerimento Pedido de Informação nº 027/11, de autoria do Deputado Brito Bezerra, requerendo, após ouvido o Plenário, que solicite da Agência de Fomento de Roraima – AFERR, informações a respeito dos créditos existentes para o Estado de Roraima oriundos das dívidas do antigo Banco do Estado de Roraima – BANER, e quais procedimentos estão sendo tomados pela Agência no sentido de adimplemento desses valores.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, esse Requerimento trata de Pedido de Informações para a Agência de Fomento, para que o Presidente de lá envie para esta Casa um relatório sobre o montante de recursos que o Estado de Roraima tem em créditos por conta de débitos com o antigo BANER, não é algo para expor ninguém, cassar. O requerimento que tem em sua essência saber o quanto o Estado de Roraima tem para receber e quais as providências que estão sendo tomadas para a quitação desses débitos. E, nada mais justo que a Assembleia Legislativa ter conhecimento disse. Peço aos nobres Pares que votem “sim” pela aprovação desse Requerimento para que possamos ter ciência do que o Estado de Roraima tem para receber desses credores.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, peço aos colegas que votem a favor do Requerimento, pois nós sabemos qual é realmente a intenção da Agência de Fomento em nosso Estado, e quais as prioridades definidas. Inclusive, quero aproveitar a oportunidade para pedir que agência de Fomento, através de seu

planejamento, cumpra com o artigo 58 da LDO, que diz: “o governo teria que remeter, até 30 dias após o encaminhamento da LDO, um plano de ação da Agência de Fomento. Portanto, considero saudável o Pedido de Informação do Deputado Brito para saber qual é a função a que se propõe a Agência de Fomento.

O Senhor Presidente (**Chicão Silveira**) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam o Requerimento, e votando “não”, rejeitam-no.

Solicito abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, como nós só estamos querendo saber de fato quanto o ex-banco deve ao governo do Estado, nós recomendamos a aprovação do Requerimento, votando “sim”.

O Senhor Presidente (**Chicão Silveira**) – Dou por rejeitado o Requerimento por 12 votos “não” e 9 “sim”.

Solicito ao Senhor Primeiro secretário que proceda a leitura da Moção de Pesar pelo falecimento do Senhor João Laurentino de Carvalho, ocorrido no dia 11 de dezembro de 2011; Projeto de Lei

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lida a Moção de Pesar.

O Senhor Presidente (**Chicão Silveira**) – Em discussão a Moção de Pesar.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, essa Moção de Pesar é pelo falecimento do Senhor João Laurentino de Carvalho, pai do nosso amigo, exemplar servidor desta Casa, Professor João de Carvalho. Gostaríamos, em nome da Casa, dos servidores da Casa, em nome de todos os Deputados, de externar os nossos sentimentos.

O Senhor Presidente (**Chicão Silveira**) – A Mesa Diretora cumprimenta Vossa Excelência pela iniciativa e informa que nos associamos a Vossa Excelência nessa Moção de Pesar.

Em votação. A votação será simbólica. Os Senhores Deputados que concordarem com a Moção de Pesar permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de Pesar.

Suspendo à Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em Conjunto possam se reunir para analisar e emitir Parecer.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chicão Silveira**) – Dou por reaberta a Sessão.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, solicito a prorrogação do tempo regimental da Sessão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Acatado o Requerimento para prorrogação do horário da Sessão. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 055/11, que “Dispõe sobre a proibição do uso de capacete dentro dos estabelecimentos comerciais do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Em acordo com o autor do Projeto, eu queria solicitar vistas ao Projeto, haja vista que recebemos ofício do Secretário de Segurança requerendo exatamente esse projeto e outros da área de segurança. Houve um entendimento da minha parte com o Deputado para pedirmos vista e devolvermos na segunda feira, para ser votado na terça.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – Em relação ao Projeto, realmente há necessidade de melhorar. Há também um pedido do Sindicato dos Postos de Combustíveis para que seja colocada uma placa, cinco metros antes das motos chegarem às bombas, solicitando que os condutores retirem o capacete. Tudo será filmado e isso vai facilitar para a polícia apurar de imediato os assaltos, evitando-os e dando mais segurança às pessoas que estão trabalhando nos postos de combustíveis. Eu sou a favor do pedido de vistas.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Está concedido o Pedido de Vistas ao Deputado **Soldado Sampaio**.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da PEC nº 06/11, que “Altera os dispositivos dos artigos 32, I; 33, II e XI; 40, Parágrafo Único, II; 41-A, Parágrafo Primeiro, I; 47-A; 62, XVI; 77, X, “a” e “m” da Constituição do Estado de Roraima, e insere os artigos 47-B; 47-C; 47-D; 47-E, e dá outras providências”; (Ministério Público de Contas); de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor

Presidente, requeiro a Vossa Excelência após ouvir o Plenário a dispensa da leitura da Proposta.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem – Solicito ao Senhor Presidente que dispense a leitura, uma vez que, há dez minutos atrás ela foi lido na Comissão.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – As emendas também estão assinadas por todos os Deputados. Eu concordo com a dispensa da leitura para iniciarmos de imediato a votação.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** pede Questão de Ordem – Só para colaborar com o pedido do Deputado **Jalser Renier**, informo que o **Coronel Chagas** cedeu cópia a todos os Deputados.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Está acatado o Requerimento. Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Eu acho que essa matéria é extremamente importante para a nossa democracia. O Ministério Público de Contas vem apresentando um trabalho com absoluta propriedade, mas tem tido muitas dificuldades na conclusão dos seus trabalhos. O Tribunal de Contas precisa ter um Ministério Público independente, dono das suas condições, que certamente contrapõem algumas posições e decisões daquela Instituição que durante muito tempo vem provocando desequilíbrio nos municípios do Estado. Temos situações de prefeitos que são multados e punidos por aquela Instituição em 150, 200 reais. O Tribunal de Contas não pode ser um Tribunal político, tem que ser um Tribunal responsável e amparado pela sua própria responsabilidade. Aquela Corte não tem cumprido seu papel com absoluta altivez, por essa razão é que eu entendo como independente essa posição da Assembleia Legislativa, como oportuna a posição do Ministério Público de Contas por uma posição unânime desta Casa a essa questão. Para nós é um momento muito importante, porque vamos nos juntar aos Estados que já têm essa lei. A princípio da Constitucionalidade ou não, será discutido a posteriore, porque a Assembleia Legislativa toma uma posição histórica nessa questão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Continua em discussão.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu acredito, sem sombra de dúvida, que com a aprovação dessa PEC nós estaremos dando um passo muito à frente do que era esperado, principalmente quando se fala no impacto, na seriedade, na honestidade, no zelo com a coisa pública. O Deputado **Jalser Renier** falou com muita propriedade, e quantas vezes usei essa Tribuna e levantei essa questão, que tínhamos aqui um Tribunal de Contas, por parte dos Conselheiros, de vícios ruins, a sociedade sem a devida isenção, independência de julgamento de um corporativismo que não era aceito, que era só para condenar os ex-prefeitos, ex-presidentes de Câmara, às vezes por valores insignificativos. Às vezes, os municípios, não tendo recursos, vivendo só em função do FPM, não podiam contratar uma assessoria jurídica, uma assessoria contábil a altura do conhecimento e da competência de responder pelas Pastas. Por pouca coisa, 200, 300 reais, o cidadão perdia por cinco, oito anos os seus direitos políticos, perdia até a vontade de viver, perdia o destino da sua vida. Sem dúvida nenhuma, o Ministério Público de Contas vai criar uma isenção no julgamento, com autonomia, para que possamos fazer justiça aos prefeitos do interior.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, eu não queria enveredar por essa seara de achar que o Tribunal de Contas exorbita nas suas funções, e que é um Tribunal de Contas político. Eu prefiro acreditar que ele seja um Tribunal técnico que cumpra com o seu papel. É bem verdade que, às vezes, a sociedade espera algumas coisas que talvez não sejam possíveis, mas podem ser possíveis por parte do Tribunal de Contas, até porque, entendo que o Tribunal de Contas não pode ser punitivo, policialesco, ele precisa ser com seus jurisdicionados, antes de tudo, um Tribunal pedagógico. Ele precisa criar um corpo de servidores, auditores de contas externas para orientar os jurisdicionados no sentido de como se deve tratar a coisa pública. Talvez em função disso, de faltar essa sintonia entre o Tribunal de Contas com os jurisdicionados, é que muitos prefeitos ou diretores de empresas mistas, secretários pecam talvez exatamente por esse desconhecimento, por faltar orientação do Tribunal de Contas de como procederem em relação aos atos administrativos. Hoje, estamos na eminência de votarmos a independência do Ministério Público de Contas, uma Instituição nova e que, por ser nova, tem

despertado divergências na decisão que o Parlamento hoje vai tomar. Mas como nós, pais de famílias que criamos os nossos filhos até que eles cresçam, amadureçam, nós os educamos, depois eles alçam voos, por si só, para se tornarem independentes. E, dessa forma, acredito que o Ministério Público de Contas vai crescer, amadurecer, pois precisa dessa independência administrativa e financeira. E, apesar de estarmos aqui, hoje, deliberando sobre essa independência, jamais vamos quebrar esse elo de ligação entre o Ministério Público de Contas e o Tribunal de Contas, porque são Instituições que trabalham juntas por determinação constitucional. Eu acho que esse é o próprio desejo do Ministério Público de Contas, apenas de autonomia, e é isso que estão pedindo, não se dissociar da Instituição. Eu acho que é um passo importante, não é nenhum desprestígio para o Tribunal de Contas do Estado, pelo contrário, os pareceres serão mais independentes, consistentes. O Ministério Público de Contas terá mais autonomia ao exercer a função, e os pareceres serão submetidos, a partir daí, com mais independência, aos Conselheiros do Tribunal de Contas para que analisem esses pareceres. Eles estão pedindo apenas isso, autonomia, porque hoje é como se eles fossem nossos filhos adultos e ficassem toda hora dizendo: pai, eu preciso disso, eu preciso daquilo. E o que nós queremos das nossas vidas? Que os nossos filhos sejam independentes e caminhem por si só. E, quando casam, eles não deixam de ser nossos filhos. Então, entendo que essa é a posição do Ministério Público de Contas. Isso não é um grito de independência do Tribunal de Contas, mas é uma necessidade essa independência para o bom funcionamento da Instituição e para o fortalecimento da democracia. Eu encerro aqui as minhas palavras dizendo que esse Parlamento dá um passo muito importante no fortalecimento dessa tão valorosa Instituição. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, eu quero me manifestar com relação a esse Projeto de Emenda Constitucional. Eu fui um dos Parlamentares que tive responsabilidade na fase de presidir a Comissão Especial, pois custei muito a chegar ao convencimento do meu voto. Inicialmente, via com uma certa ressalva a pretensão do Ministério Público de Contas, mas foi bom porque as discussões foram avançando e as pesquisas de como a Instituição está funcionando em outros Estados da federação, aliado ao fato de que, diuturnamente, temos visto escândalos espocando sempre na administração pública em todo o País, e denúncias seguidas no nosso Estado, acabaram me convencendo de que é importante se conceder essa oportunidade ao Ministério Público de Contas, mas não vejo a questão como um instrumento de competição com o Tribunal de Contas de Roraima. Acredito que, muito pelo contrário, será, agora, um Ministério de Contas atuando e assessorando os seus conselheiros naquela tarefa de fazer a fiscalização pedagógica para que não tenhamos mais que ver os nossos políticos do interior do Estado, vereadores, prefeitos, serem punidos por diferença que não ultrapassam duzentos reais, que pode ser muito mais um erro do que uma intenção de lesar o patrimônio público. Então, é por tudo isso que eu vou votar consciente pela concessão do pleito do Ministério Público de Contas, na expectativa de que o Tribunal de Contas e o Ministério Público de Contas possam viver em harmonia, se ajudando mutuamente como preceitua a nossa Constituição com relação aos três poderes, cada um autônomo, mas convivendo em harmonia.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, quero simplesmente dizer que me sinto, hoje, um Parlamentar honrado por está aqui, presente nesta Sessão, e poder votar a favor desse Projeto que considero magnífico no sentido de desmembrar do Tribunal de Contas do Estado o Ministério Público de Contas. Em nome do Procurador Paulo Sérgio, gostaria de cumprimentar os demais Procuradores e desejar, desde já, que possam realizar um trabalho que venha a apresentar toda a licitude que os órgãos públicos de controle desse Estado têm como função principal que é o controle e a fiscalização dos recursos públicos. E, que esses recursos atendam realmente as necessidades do nosso povo. Está na eminência do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público de Contas e de outros órgãos de controle dá essa importante contribuição para que nós tenhamos um Estado lícito, e que atenda de verdade as necessidades do nosso povo roraimense. Obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, primeiro, quero agradecer aos Deputados Jalser e Erci pelo reconhecimento do voto ao Ministério Público de Contas. Sem dúvida

alguma ele precisa de uma independência, de autonomia para que elabore os seus pareceres com os devidos pensamentos dos seus técnicos e procuradores. E, tenho certeza que, não vai tirar autonomia nenhuma do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, só vai ajudar a contribuir com relatórios, pareceres mais apurados, consistentes. Essa autonomia vai ajudar os administradores públicos deste Estado que precisam ter suas contas aprovadas e que, por muitas vezes, por algum equívoco, por algum desconhecimento, são penalizados, como há muitos no Estado. E, vamos votar pela aprovação.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero só parabenizar a iniciativa do Tribunal em criar esse órgão que vai ser auxiliar ao Tribunal de Contas e dará independência para que a gente possa ter mais celeridade nos julgamentos. Projetos dessa importância devem ser lidos para que as pessoas que estejam no Plenário possam ter conhecimento, porque com certeza a imprensa vai divulgar e as pessoas que vêm assistir a Sessão, já que estarão cientes do que estamos discutindo. Muitas vezes discutimos na Comissão e votamos aqui, e as pessoas que estão nos prestigiando, às vezes, não sabem o que estamos discutindo. Por isso, é importante que o projeto seja lido. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - O Projeto já foi lido e estamos em discussão. Mas vamos adotar a prática da leitura com certeza. Essa matéria foi exaustivamente discutida nas Comissões por esta Casa, está tramitando há mais de seis meses.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, verificamos a importância dessa Emenda de Proposta à Constituição e avanço que ela vai dar, no sentido de dotar um órgão que tem como missão a fiscalização, ser fiscal da lei, propor as cotas ministeriais, independência no sentido de ter seu orçamento, ter sua autonomia funcional e administrativa para que não dependa efetivamente de um outro órgão, dotando-o dos meios necessários para cumprir essa missão constitucional. E aqui, acolá opse de inconstitucionalidade, no tocante à constituição federal, se dá autonomia quando recebemos a relatoria. Nós nos aprofundamos nessa discussão, no estudo da matéria e verificamos que já há dois Estados, o Estado do Pará e de Alagoas, que deram autonomia ao Ministério Público de Contas.

Existe, na verdade, um outro Estado em que houve, após a criação de um ADIN pela inconstitucionalidade, essa decisão. Aconteceu há muitos anos esse processo no Estado de Goiás, iniciou-se em 1994. Portanto, nós sabemos que a sociedade é um organismo vivo que se transforma e se recicla permanentemente.

Nós podemos observar que há pouco mais de seis meses o Ministro Fux, do STF, tinha um entendimento sobre a questão da ficha limpa, e votou contrário. Há quatro ou cinco meses atrás foi relator de outra Matéria, mudou o seu entendimento e veio votando pela procedência da lei da ficha limpa. Então, as decisões judiciais não são como a matemática, o direito não é uma ciência exata em que dois mais dois são quatro, a sociedade vai se modificando e nós encontramos diversos posicionamentos, entre eles nós destacamos o posicionamento do Vice-Presidente do STF, Ministro Carlos Aires Brito, que dá uma aula e defende abertamente a autonomia do Ministério Público de Contas, da mesma forma, o renomado professor doutrinador José Afonso da Silva, que também assim o faz, e o Ministro do STF, Celso de Mello, que também tem esse entendimento. Nós vamos encontrar dezenas de posicionamentos nesse sentido. Eu entendo a preocupação de alguns membros no Tribunal de Contas do Estado, no sentido de se dar essa autonomia, mas, da mesma forma que damos, podemos tirar, porque o Poder Legislativo é o maior dos poderes, por aqui passam as aspirações da sociedade e nós temos essa missão para efetivamente fazer votar políticas que visem o interesse coletivo e que visem o bem comum. E, nesse sentido, eu entendo que ao darmos essa autonomia administrativa, orçamentária e financeira e também a competência para iniciativa de leis para a sua organização ao Ministério Público de Contas, nós estamos reconhecendo o trabalho importante que este órgão faz e lhe dando ainda mais independência para que ele possa cumprir a contento a sua missão constitucional. Esta Casa já deu independência e autonomia a outros órgãos, a exemplo da Defensoria Pública. Eu vejo que nós estamos avançando no nosso texto constitucional e dando à sociedade mais possibilidade de ver transparência nas decisões que interessam a todo o Estado de Roraima. Por isso, eu agradeço o apoio e a compreensão de todos na aprovação da presente Matéria.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**)- Quero dizer que nós precisamos ousar, que esta Casa hoje, está usando de um dos seus instrumentos que é ousar e dar oportunidade ao Ministério Público de Contas para que possa ter a sua autonomia. O Tribunal de Contas é nosso parceiro, nosso aliado na condução dos processos de aplicação dos recursos no Estado todo. Nós temos respeito pelas pessoas que fazem aquele tribunal, entendemos que são pessoas de bem e honradas, mas nós, também, temos que ousar e estamos dando ao Ministério Público de Contas autonomia financeira e administrativa para que ele possa melhorar e tenha mais agilidade no seu desempenho, para que a coisa pública seja melhor tratada e respeitada. Esse é o posicionamento da Assembleia Legislativa, não queremos confronto com nenhuma instituição, mas não vamos abrir mão da nossa competência e da nossa necessidade de fazer com que o Estado de Roraima continue crescendo. Assim como o Tribunal de Contas, nós também temos compromisso com o Estado de Roraima e queremos o melhor para o nosso Estado. Por isso, estamos dando essa oportunidade que acho justa para o Ministério Público. Se é ou não inconstitucional, é como disse o relator: nós temos que estar sempre antenados ao mundo globalizado, porque hoje as coisas são muito rápidas e mudam com uma certa velocidade que precisamos estar atentos para acompanhar as mudanças. Que eles possam entender como uma ajuda que nós estamos dando a eles, para que possam melhorar o seu desempenho com relação às contas do Estado de Roraima.

Em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede justificava de voto- Senhor Presidente, voto “sim” por entender que precisamos fortalecer cada vez mais os mecanismos legais, para que possam desenvolver ações de fiscalização intensa em todas as esferas do Poder Público, pois se faz necessário. A sociedade clama por isso. O que percebemos é que em quase todas as capitais do Brasil há vários movimentos da sociedade civil organizada, por intermédio do seu sindicato, associações e movimentos, pedindo moralização no Poder Público. Nesse sentido, acredito que esta Casa está dando um passo importante para que possamos dar independência ao Ministério Público de Contas, para que possa efetivamente fiscalizar, de maneira imparcial, seja quem for a autoridade, ou grupo ao qual ela pertença. Portanto, eu voto “sim” pela aprovação da PEC.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**)- Dou por aprovada a PEC nº 06/11, em primeiro turno.

O Senhor Presidente- (**Chico Guerra**) – Peço aos Senhores Deputados, atenção, pois acabou de dar entrada nesta Casa a lei que prorroga o Roraima sustentável, uma lei de grande importância para o desenvolvimento do Estado, e eu vou criar aqui uma comissão composta de alguns Deputados. São eles os Deputados Ionilson Sampaio, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Erci de Moraes, Marcelo Cabral e Aurelina Medeiros. Quero pedir a esses Deputados que estejam com essa matéria pronta para que seja votada na terça-feira. Ela veio em regime de urgência, mas como se trata de uma Lei de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado, peço empenho para que possamos votar ainda na semana que vem.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Senhor Presidente, Vossa Excelência leu seis nomes, entre eles quatro são a base governista e três da oposição. Eu queria requerer que incluisse mais um nome de um Deputado da oposição, até para termos um número ímpar nessa Comissão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – O Deputado Soldado Sampaio também fará parte desta Comissão. O que queremos é que fique pronta na terça ou quarta-feira, pois precisa ser votada este ano, para que o ano que vem possa entrar em vigor.

O Senhor Deputado (**Rodrigo Jucá**) - Peço a Vossa Excelência que solicite a Consultoria da Casa, pois acabei de despachar esse Projeto, que chegou da CCJ, para a consultoria, de volta o Projeto para que possa ser encaminhado para a comissão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**)- Vossa Excelência, como Presidente da Comissão, poderá fazer isso, mas nós iremos fazer. Eu gostaria que estes Deputados se reunissem ainda hoje, pela manhã, e que o Presidente dessa Comissão já pedisse de volta o projeto para dar ciência a todos os Deputados.

Passamos ao Expediente de Explicações Pessoais.

Senhor Deputado eu gostaria de convocar os membros da

Comissão de Orçamento, Deputado, **Flamarion Portela, Brito Bezerra, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael**, para logo após a sessão deliberamos alguns Requerimentos que se encontram pendentes na Comissão.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Solicito já que o Projeto foi encaminhado a Consultoria Jurídica, que pudéssemos analisar e dar o Parecer e que essa Comissão ficasse convocada para segunda-feira, às quinze horas, para podermos analisar o Projeto. A Consultoria Jurídica já trabalharia o Parecer para que a gente pudesse analisar na segunda, à tarde, para votação na terça-feira.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - E, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão, convocando outra para o dia 20, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 20/12/2011

**ATA DA 2134ª SESSÃO, EM 28 DE JUNHO 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= **ORDINÁRIA** =
**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
(Em exercício)**

Às nove horas do dia vinte e oito de junho de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, realizou-se a segunda milésima centésima trigésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Segundo Secretário.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Ionilson Sampaio) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Requerimento de Informação s/n, de 26/06/12, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo encaminhar ofício à Senhora Secretária Lenir Rodrigues Luitgards Moura para prestar informações referente à Secretaria Estadual de Educação.

- Requerimento de Informação s/n, de 26/06/12, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo encaminhamento do ofício ao Senhor Diretor Presidente Rodolfo de Oliveira Braga, para prestar informações sobre o Instituto de Presidência do Estado de Roraima.

- Requerimento de Informação s/n, de 26/06/12, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador de Roraima, José de Anchieta Junior, para prestar esclarecimentos sobre a Administração Pública.

- Memo nº 019/12, de 27/06/12, da Deputada Ângela Águida Portella, comunicando sua ausência na sessão ordinária do dia 27/06/12.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) - Senhor

Presidente, não há inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Não havendo orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para ordem do Dia, discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução Legislativa nº 011/11 que "Altera dispositivos normativos e acresce o artigo 113-A e parágrafo no Regimento Interno e dá outras providências", de autoria da Mesa Diretora, em turno único, do Projeto de Lei nº 026/12 que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2013 e dá outras providências", de autoria Governamental.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer às matérias.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Declaro reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 026/12 e do Parecer das Comissões de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle e da Comissão de Justiça e Redação Final, bem como das emendas).

O Senhor Primeiro Secretário (Lido o Projeto de Lei nº 026/12, o Parecer e as Emendas).

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 026/12 com suas emendas.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim" aprovam a matéria e votando "não" rejeitam-na.

Solicito ao técnico que libere o painel para votação.

O Senhor Deputado Jalser Renier - Pede questão de Ordem - Senhor Presidente, quero lembrar que existe três Pedidos de Informações e Requerimentos de deputados que não entraram na pauta, depois que nós aprovamos a LDO, automaticamente eles ficarão prejudicados a não ser que sejam apresentados a posteriori, em caráter extraordinário.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Já estão prejudicados.

Declaro, em turno único, o Projeto de Lei nº 026/12 com suas emendas, que "Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da lei Orçamentária para o exercício de 2013 e dá outras providências, de autoria governamental.

Não havendo mais matéria para ordem do dia, passamos para o Expediente de explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael - Senhor Presidente, o fato da minha assessoria não ter me inscrito no Grande Expediente, quero anunciar que, sou do PRB, e participei da convenção do ex-Deputado Guti Brasil em Normandia, inclusive, o Deputado Célio esteve presente. Na oportunidade uma liderança política chamada Moisés Napoleão, nos deu uma lição sobre política. Segundo um professor, "Eleição não deve ser tratada como um campeonato", ele era botafoguense e se o botafogo numa final, perdesse ou ganhasse não iria interferir em nada na vida dele, e sugeriu às pessoas que estavam ali, tratar a política com a razão, é justamente por essa razão que quero anunciar que vou apoiar o meu colega Mecias de Jesus, colega de partido. Amanhã estrei na convenção dele deixo esse esclarecimento aqui, pela razão. Era o que tinha a dizer.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje nós estamos encerrando regimentalmente as nossas atividades. Eu me sinto muito honrado em registrar a nossa convenção em Alto Alegre, onde meu filho será indicado como candidato a prefeito. E quem puder estar lá, ficarei muito feliz.

Quero deixar registrado no dia de hoje, também, as nossas felicitações ao Deputado Célio Wanderley pela passagem de seu aniversário. Que Deus o abençoe, que o ilumine e lhe dê saúde e muitos anos de vida para que continue sendo essa pessoa maravilhosa. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço - Senhor Presidente, demais Parlamentares, como estamos no início de uma campanha política, eu queria lembrar aos ouvintes, ao povo de Roraima, as palavras do Excelentíssimo Senhor Governador pronunciadas em São João da Baliza. Ele é a mais alta autoridade do Estado, disse com referência à Dona Maria de Jesus, que tinha uma determinação judicial para ela assumir no lugar de Chico Maia. O Governador, infelizmente, usou da palavra, dizendo que, se até terça-feira a Senhora Maria de Jesus assumisse ele renunciaria ao cargo de Governador. Eu queria dizer ao Governador que, se ele renunciar, hoje mesmo eu me filio ao PSDB em homenagem à palavra dele, que será a primeira que ele vai cumprir com o povo de Roraima. Estamos aguardando até às seis horas. E o Senhor pode mandar preencher a ficha do PSDB, que eu me

filio ao PSDB hoje, com o maior orgulho, como cidadão roraimense. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhores Deputados, servidores desta Casa, neste momento em que nós estamos em vias de decretar o recesso no primeiro semestre, eu quero agradecer a todos os companheiros pelos inúmeros debates e discussões, buscando o aperfeiçoamento às matérias desta Casa. Quero agradecer a todos os servidores desta Casa que contribuíram para que pudéssemos votar inúmeros projetos em benefício da sociedade roraimense.

Quero também destacar e enaltecer a postura, a coragem do Deputado Marcelo Natanael em fazer esse anúncio. Isso só vem corroborar com tudo aquilo que a gente já pensava de Vossa Excelência. A postura ética, corajosa. É assim que tem que ser, meu companheiro. Senhor Presidente, a todos o nosso bom-dia.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores aqui presentes, quero parabenizar esta Casa e Vossa Excelência pela maneira que conduziu os debates neste primeiro semestre de 2012, que o considero positivo. Nós trabalhamos bastante e aprovamos leis de relevância para o nosso Estado. O trabalho do parlamento desta Casa está sendo cada vez mais dinâmico no sentido de atender as necessidades de nosso povo.

Quero parabenizar o nosso colega e amigo Célio Wanderley, que ele viva, no mínimo, a idade do Matuzalém, uns 700 anos, engrandecendo esta Casa, como homem de bem que é, representando dignamente o povo do nosso Estado.

Enalteço também, Senhor Presidente, a atitude louvável do nosso colega Marcelo Natanael, ele é muito bem-vindo no grupo de oposição, apoiando a candidatura de prefeito do Deputado Mecias de Jesus. Candidatura esta, certamente, se confirmará a vitória, pelo o voto do povo do município de Boa Vista. Parabéns para Vossa Excelência pela atitude, pela coragem. Estamos todos de braços abertos, para recebê-lo como um dos participantes ativos, que, para uma participação decisiva, requisito básico para a vitória do nosso prefeito Mecias de Jesus. Obrigado, Senhor Presidente. Parabéns, Deputado Marcelo Natanael. Parabéns, Deputado Célio Wanderley, fiquemos todos com Deus.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Renovo os meus parabéns ao Deputado Célio, votos que manifestei ontem pelo seu aniversário. Em relação à declaração, é uma questão de justiça, eu estava presente, o Deputado Jalsler também estava, e outros Deputados que aqui estavam, nada foi dito no Baliza como foi relatado aqui, o que foi dito lá, é que uma equipe dava posse a uma Prefeitura antes da decisão judicial chegar lá. E como havia um grupo de pessoas fora da Prefeitura para invadir a Prefeitura, o Governador pediu que a polícia permanecesse até a determinação judicial chegar. Vou repetir o que alguém falou aqui: política não é partida de futebol, é coisa de responsabilidade, foi dada posse antes que a decisão judicial saísse daqui, e o que foi dito lá pelo nosso grupo, é que não deixassem invadir a Prefeitura, que aguardassem a ordem judicial. Obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, só quero fazer uma reflexão a respeito do nosso trabalho nesta Casa, e dizer que esta é a Casa dos debates, estamos aqui até para sofrer pressão, como sofremos durante as discussões de várias matérias, faz parte do jogo democrático, estamos aqui para dialogar também com sociedade. E quem não quer fazer parte do contexto político que não se proponha, que se afaste da política. Nós estamos se aproximando de uma eleição, quero deixar um recado dirigido mais para o eleitorado, que vote com a consciência, não vale a pena vender o voto. Em todas as eleições nós acostumamos dizer isso, não vale a pena vender o voto, não vale a pena deixar a responsabilidade nas mãos daqueles que muitas vezes você não sabe nem quem são, por causa de 100, 150 reais. Sabemos quanto mais empobrecida a população, mais vulnerável fica, diante desse tipo de prática política nefasta, desenvolvida neste Estado. Mas continuamos assim mesmo acreditando na justiça e no poder fiscalizador eleitoral para coibir tantos e tantos abusos, até parece que virou regra neste Estado, principalmente, em época de eleições. Portanto, esperamos que a justiça eleitoral seja rigorosa, atuante, e que, a classe política tenha pelo menos o mínimo de ética para pedir voto aos eleitores. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quero parabenizar o Deputado Célio e desejar-lhe toda sorte.

Também quero manifestar a satisfação e alegria ao encerrar o primeiro semestre de trabalho realizado. Conscientes do dever cumprido, diante das discussões dos diferentes temas, avaliamos como um semestre produtivo. A Assembleia desempenhou seu papel com

muito brilhantismo. Deixo um apelo aos colegas, para entrarmos agora no processo eleitoral, plagiando o nosso querido Deputado Erci de Moraes, que sejamos, no máximo, adversários, encaremos a disputa política, cada qual buscando voto para o seu candidato, sem agressão, sem desrespeitar, sem se violentar, com respeito que temos um pelo outro, como aqui convivemos, representando o Poder Legislativo, quero deixar essa mensagem de tolerância recíproca, em especial no campo político, através de debates, com propostas sempre nos respeitando, e que todos tenhamos um feliz recesso.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Desejo ao Deputado Célio Wanderley muitas felicidades, alguém desejou-lhe chegar aos 700 anos de vida. Não sei se Vossa Excelência chegará viver 700 anos, mas daqui a 700 anos este poder vai estar funcionando. Se alguém for fazer uma pesquisa, vai ver que foi escolhido por Deus, para fazer parte da primeira equipe de Deputados nesta Casa. Vossa Excelência merece toda essa referência, tem se pautado na ética, construído um patrimônio invejável. Deus lhe mantenha por muitos anos em nosso meio, e que seja realmente feliz nesta Casa.

Fica criada a Comissão de Representação para o período do recesso, composta pelos Deputados: Chico Guerra, Aurelina Medeiros, Coronel Chagas, Célio Wanderley, Diego Coêlho, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Flamarion Portela, Brito Bezerra, Erci de Moraes, Chicão da Silveira, Naldo da Loteria e Jânio Xingu. Fica instalada a Comissão de Representação e fica decretado o recesso Parlamentar.

Faço minhas as palavras do Deputado Flamarion: vamos para campanha com coração aberto e alma limpa, que todos possamos sair vitoriosos no final do processo eleitoral. Muito obrigado e um bom recesso.

E, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 01, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela Á. Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Remídio Monai e Soldado Sampaio.
Aprovada Ata Sucinta em: 01/08/2012

ATAS COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2012.

Aos sete dias do mês de agosto do ano de 2012, às onze horas no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, nº 202. De conformidade com a Resolução Legislativa nº 009/12, de autoria da Mesa Diretora deste Parlamento, em seu §1º do art.1º, as reuniões das Comissões ocorrerão às terças-feiras durante o período de 08 de agosto a 04 de outubro do corrente, no horário de 9h às 17h. Com base na Resolução epigrafada, esta Comissão reuniu-se extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Ionilson Sampaio, Vice-Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Membros, Gabriel Picanço, Célio Wanderley e Remídio Monai. Ausente o Senhor Deputado Joaquim Ruiz, Presidente desta Comissão. **ABERTURA:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Gabriel Picanço, foi dispensada a leitura da Ata, colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros desta Comissão. **EXPEDIENTE:** Não Houve. **ORDEM DO DIA: 01) Projeto de Lei n.º 011/12,** de autoria do Senhor Deputado Brito Bezerra, que, “Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas de rede privada no Estado de Roraima nas hipóteses que especifica.” Relator, Deputado Célio Wanderley. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido a votação, o parecer do Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às onze horas e vinte minutos, e, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierre, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Joaquim Ruiz

Presidente da Comissão.

Aprovada em: 11/09/2012